

NO PINTCHA



* ORGÃO DO COMISSARIADO DE ESTADO DE INFORMAÇÃO E TURISMO *

REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS: AVENIDA DO BRASIL, CENTRO DE IMPRENSA

TELEFONE: 3713/3726/3728

B I S S A U

QUEM PODE VOTAR?

De acordo com a Lei Eleitoral, são eleitores os cidadãos guineenses que reunam as seguintes condições:

1. — Serem maiores de 18 anos;
2. — Terem bom comportamento moral e civil;
3. — Não serem inter-

ditos, por sentença com trânsito em virtude de anomalia psíquica, surdez, mudez ou cegueira;

Exemplos; os cidadãos, comprovado pelo Tribunal de incapacidade de servirem os seus interesses, por essas anomalias, não podem votar.

4. — Não serem notoriamente reconhecidos como demente;

Exemplos. Há dementes cujas anomalias nunca foram comprovadas

por um tribunal ou qualquer departamento competente mas que no entanto logo que sejam identificados pelo povo, ficam impedidos do direito a voto.

5. — Não terem sido e o condenados definitivamente por crime de traição à Pátria.

Refere-se àqueles que servindo ao inimigo, traíram deliberadamente os reais interesses do povo.

CONDIÇÕES PARA CANDIDATOS

Conforme o capítulo II, artigo terceiro da Lei Eleitoral, é elegível o cidadão que goze de nacionalidade originária e que reúna as seguintes condições:

1. — Ser maior de 21 anos;
2. — Ser produtor ou ter uma ocupação definida;
3. — Gozar de capacidade eleitoral activa;
4. — Não ter sido

ocupação definida, que trabalhe. Exemplo: empregados de café ou similares, camponeses, trabalhadores rurais, operários domésticos, estudantes etc. Os bêbados, vândios, prostitutas, etc, não reúnem condições, e portanto ficam eliminados.

3. — Gozar de capacidade eleitoral activa;

Quer dizer que deve obedecer aos requisitos 2, 3, 4 e 5, do quadro acima mencionado.

4. — Não ter sido

agente da ex-PIDE/DGS, ou dirigente das organizações políticas fascistas.

Quer dizer todo aquele que serviu a PIDE, ou que tivesse sido membro dirigente das organizações fascistas, tais como Acção Nacional Popular, Legião Portuguesa, etc... não podem ser eleitos.

CONDIÇÕES PRIORITÁRIAS

Segundo o artigo quarto da Lei Eleitoral, são

(Continua na página 8)

Termina hoje pelas 24 horas o prazo para a entrega das candidaturas

Um comunicado da Comissão Eleitoral Nacional, tornado público ontem, fixou para hoje, terça-feira, dia 14, às 24 horas, o termo do prazo para apresentação das candidaturas aos Conselhos Regionais. Segundo o comunicado e de acordo com a lei eleitoral, devem pois todas as pessoas que pretendem candidatar-se apresentar as suas candidaturas nas reuniões que estão a ter lugar nos diversos bairros.

Em todos os pontos do país, o fim de semana foi marcado com uma intensa campanha política, no intuito de dinamizar e melhor esclarecer a amplitude e os objectivos das eleições para as Comissões Regionais.

No princípio da manhã de ontem, em Bissau, a Comissão Eleitoral Nacional, presidida pelo camarada Constantino Teixeira, do Comité Executivo de Luta do Partido e Comissário de Estado de Segurança Nacional e Ordem Pública, reuniu-se no Palácio da República, com a participação dos delegados da comissão para os bairros, a fim de discutirem os relatórios das suas actividades.

Assistiu a esta reunião o camarada José Araújo, Secretário da Organização do

Partido, que esclareceu alguns pontos de grande importância, principalmente no que se refere à campanha de dinamização política e a maneira como os debates devem ser conduzidos, de forma a proporcionar ao cidadão um melhor esclarecimento possível e não induzir a qualquer interpretação errada dos objectivos das eleições.

A Comissão voltará a reunir-se amanhã, para recolher as candidaturas e elaborar as listas a serem apresentadas aos eleitorais nos bairros. Entretanto, prosseguem as candidaturas em todos os bairros, precedidas de reuniões intensivas dirigidas pelos delegados para os bairros.

No interior do país, prosseguem os trabalhos intensivos de esclarecimento do acto eleitoral junto das populações em todas as regiões e sectores. Assim, anteontem, domingo, o camarada Constantino Teixeira, visitou as regiões de Oio e Cacheu, para se inteirar da forma como se desenrolam os trabalhos de dinamização política nessas regiões.

A delegação da Comissão Eleitoral Nacional para a Região de Bafatá, dirigida pelo camarada Samba Lamine Mané, Comissário de

Estado da Agricultura e Pecuária, teve várias reuniões com os responsáveis regionais e de sectores. Após longas e detalhadas discussões para o esclarecimento da forma como se devem processar a elaboração da lista dos candidatos e a escolha dos diferentes locais de voto, e uma

(Continua na pág.º 8)



Embaixador jugoslavo terminou sua missão no país

Fiquei bastante honrado por ter sido do primeiro grupo, entre os diplomatas estrangeiros, a apresentar as cartas credenciais, nas mãos do camarada Presidente Luiz Cabral, neste território livre da Guiné-Bissau — declarou o Embaixador da Jugoslávia no nosso país, Bozidar Stanic, no termo da sua missão, junto do nosso Governo.

Dozidar Stanic, apresentou os cumprimentos de despedida ao Secretário-Geral Adjunto do PAIGC e Presidente da República da

Guiné-Bissau, camarada Luiz Cabral, às 17h de sábado passado. O Embaixador Stanic, deverá embarcar, de regresso ao seu país, amanhã, quarta-feira.

«Levo agradáveis recordações do nosso país — afirmou — tive a oportunidade de constatar de perto que existe, entre os nossos dois países, uma amizade próxima e profunda de cooperação, de há muitos anos. Espero que essa amizade vá continuar, também, no futuro dos acontecimentos, tal como foi reafirmado na altura da visita do Presidente

te Luiz Cabral à Jugoslávia em Junho passado».

«Estou certo que o encontro entre os Presidentes Luiz Cabral e Broz Tito servirá para reforçar ainda mais as relações dos nossos dois países e povos. Durante a minha estadia em Bissau pude constatar, tudo quanto se faz para avançar e progredir este país. Felicito e encorajo nessa base, continuarem firmes na linha de reconstrução nacional para a conquista de novos sucessos, na edificação económica, pela prosperidade da Guiné-Bissau».



Nino, guerrilheiro lendario (Centrais)

Rondando...

«Para uma efectiva realização dos anseios que alimentamos de embelezar e modernizar a nossa cidade, temos que tomar em conta certos factores que podem e devem ser conseguidos com métodos e fiscalização acertados.

Uma das primeiras medidas a tomar é a reparação dos passeios e placas da via pública, pois alguns têm buracos e irregularidades de tal ordem, que põem em perigo a estabilidade das pessoas quando andam na rua, sobretudo de noite.

Não devia ser permitida a acumulação por muito tempo de matérias de construção nos passeios e abertura de covas e valas sem tapume, para evitar a queda nelas de crianças e de pessoas idosas ou que não gozam de boa visibilidade.

Deviam ser tomadas medidas drásticas contra a vagabundagem de animais domésticos nas ruas e avenidas, o que pode representar um atestado pouco primoroso da nossa decência, além de dificultar o trânsito de veículos, pondo em perigo constante a vida dos transeuntes.

Devia ser disciplinado também o sistema de venda de certos artigos nos passeios, que atraem a aglomeração das pessoas que pretendem comprá-los e que não se importam de esbarrar a passagem a pessoas que vão à sua vida, às vezes com muita pressa».

I mi prope! Abel Cabral

Rua de Angola, 24-B — Tel. 3757

Em jeito de carta

A pedido do signatário, publicamos hoje a última parte da carta publicada no número de quinta-feira passada, dia 9 de Dezembro, a qual, por inteira falta de espaço, não foi possível a apresentação na íntegra.

...Mas longe já vai a prosa e fico hoje por aqui; não é o fim desta carta: Ela terá continuação em cada manhã em que alvorecermos com o Sol, homens e mulheres, crianças e velhos, camponeses e operários, todos os trabalhadores, para seguir reconstrução sobre as ruínas do colonialismo a já-mais derrotado.

Um abraço

JOSE CARLOS SCHWARZ

Otto Schacht, na RDA

O Comissário de Estado de Transportes e Comunicações, camarada Otto Schacht, partiu no sábado passado, via Lisboa, rumo a República Democrática Alemã, para contactos com o Governo local, nas possibilidades de uma ajuda e de estabelecimento de cooperação no domínio de pesca e técnico científico. É acompanhado pelos camaradas Jorge Miranda Lima, secretário-geral dos Antigos Combatentes e Joãozinho Tavares, chefe dos Serviços de Marinha.

Esta missão (do Comissariado de Transportes e Comunicações) integra-se na sequência da discussão havida recentemente em Bissau, entre os responsáveis deste departamento e uma delegação da RDA sobre as nossas futuras relações de cooperação pesqueira. «Neste sentido, um barco de pesquisas científicas

alemão, já efectuou prospeção na nossa costa marítima, onde constatou as potencialidades em pescado, que podemos considerar de bastante animadores», — assegurou o camarada Otto Schacht.

Otto Schacht havia participado na reunião extraordinária do Conselho de Administração da Guialp — sociedade mista de pesca Guineo-Argelina — em Argel, de onde regressou na segunda-feira passada, dia 6, à frente de uma delegação do nosso Governo.

No final da reunião, foram tomadas medidas importantes para melhoramento da pesca no nosso país. Uma delas é o envio, dentro de pouco tempo, de dois barcos pesqueiros. De acordo com o chefe da delegação guineense, o Governo argelino está disposto a fornecer mais barcos à

Guiné-Bissau, conforme as nossas necessidades, no sentido de incentivar a nossa pesca para a promoção de uma exportação em grande escala.

A nossa delegação discutiu o problema da criação de uma fábrica de farinha de peixe no país. Otto Schacht, estima a produção diária dessa futura fábrica, em três a quatro toneladas. Segundo disse, «esta fábrica não só solucionará o problema de fornecimento de alimentos aos gados, galináceos e o enriquecimento de adubos, para a Agricultura e Pecuária, mas servirá para exportação, pois é um produto muito procurado, sobretudo, no Norte de África, na Europa e na América Latina. Por outro lado, permitirá o alargamento dos nossos contactos e às novas realidades, com outros países». A fábrica será criada, no quadro de coope-

ração entre a Guialp e a O.A.P. — departamento argelino de pesca.

Depois da reunião, a delegação foi convidada a visitar o sul da Argélia.

«Em Al Goleha, tivemos a oportunidade de visitar pequenas unidades industriais, de radiadores, fábricas de farinha de peixe e de vestuários infantis.

Lembra-se que essa zona não era mais que um deserto de areia e de pedras. Depois de um trabalho árduo do povo argelino, agora é ocupada por grandes cidades de importância destacável. É fácil de ver que os nossos irmãos de luta, os camaradas argelinos, fizeram uma grande conquista, dominando a aridez daquela parte do Sahara, para conseguir fazer a natureza submeter-se ao homem», — concluiu o Comissário de Transportes e Comunicações.

UNTG-UNTA: solidariedade combativa na luta de Reconstrução Nacional

Assinalando a comemoração do vigésimo aniversário da fundação do MPLA, o camarada José Pereira, secretário-geral da UNTG, enviou um telegrama de felicitações à UNTA (União Nacional dos Trabalhadores de Angola), cujo teor é o seguinte:

«Na comemoração do vigésimo aniversário da criação da organização de vanguarda do povo angolano, o MPLA, que é o instrumento de todas as vitórias alcançadas durante duros e longos anos de luta de liberta-

ção nacional, é com orgulho que os trabalhadores da Guiné e a sua central sindical se associam à alegria dos trabalhadores de Angola nesta data festiva.

«Aproveitemos esta ocasião no quadro que sempre guiou as nossas organizações durante a luta contra a dominação colonial portuguesa para reafirmar aos trabalhadores de Angola a nossa solidariedade combativa na dura luta de reconstrução nacional e formular votos de sucessos pela paz, progresso e prosperidade do povo angolano».

Pioneiros Abel Djassi saudam a OPA

A Direcção Nacional da Organização de Pioneiros Abel Djassi da Guiné-Bissau, enviou o seguinte telegrama de felicitações à Organização de Pioneiros de Angola: «Por ocasião do vigésimo aniversário do Movimento Popular de Libertação de Angola, a Direcção Nacional da Organização de Pioneiros Abel Djassi, vem por este meio felicitar à Organização de Pioneiros de Angola por tal comemoração. A vitoriosa luta de libertação travada pelos nossos dois povos irmãos, dirigida pelas suas vanguardas revolucionárias,

o MPLA e o PAIGC, contra o colonialismo português estabeleceu entre eles laços bem fortes que neste momento queremos reforçar».

«Como ontem e sempre, somos solidários com o grande povo angolano que vitoriosamente combate as forças reaccionárias imperialistas que teimam em impedir o avanço das forças progressistas de Angola pelos seus 20 anos de luta que encerram duas lutas de libertação nacional e, pedimos assim à Organização de Pioneiros de Angola que seja o porta-voz desta nossa mensagem».

RESPONDE O POVO

Eleições regionais -- 3

Em 1972, durante a luta de libertação nacional, foram realizadas em todas as regiões libertadas, os preparativos para as eleições, por sufrágio universal directo e secreto, para os Conselhos Regionais. Estes, após a sua eleição, nomearam no seu seio os representantes das massas populares trabalhadoras os quais, juntando-se aos quadros militantes do Partido, nomeados pelos combatentes da liberdade da Pátria, constituíram a primeira Assembleia Nacional Popular da Guiné-Bissau. De acordo com a constituição adoptada, foi fixada para este ano a realização de uma nova consulta para a renovação dos Conselhos Regionais, que irão eleger os deputados da II Legislatura da Assembleia Nacional Popular. Qual é a opinião do público sobre as próximas eleições? Estará o nosso povo preparado politicamente para exercer o seu dever de de um país livre e democrático? Quatro pessoas responderam a estas questões.

Fernando Jorge, 28 anos, trabalhador da Função Pública — «Como eleitor acho que é dever de todo o ci-

dadão votar. A partir dos 18 anos todo o cidadão deve votar conscientemente. Este ano tenho notado pou-

ca participação dos jovens nas candidaturas a deputados, mas espero que daqui a quatro anos haja mais participação dos jovens. Quanto à participação da massa popular, acho que todo o povo deve apoiar esta decisão do Estado participando nas campanhas de esclarecimento porque é a primeira vez que se está a realizar depois da nossa terra completamente livre e independente, porque afinal é o próprio povo quem vai para o poder. Penso que o povo de Bissau está bastante esclarecido neste aspecto, porque já há dois anos que o Partido tem dado esclarecimentos por meio de comícios e reuniões acerca das eleições. Acho que

democraticamente o povo é quem vai escolher os seus deputados em cada região. Este ano não tive oportunidade de me candidatar, mas espero daqui a quatro anos candidatar-me. Também acho que as mulheres deviam candidatar-se.

António Biagué, 35 anos, mecânico — «O que vos posso dizer neste momento é que dantes não percebia nada desta coisa de eleições. Mas como é um assunto que toda a gente fala agora procurei ir às reuniões lá no bairro. Com as várias explicações dadas pelos dirigentes, fiquei es-

clarecido, e ao mesmo tempo satisfeito, pois vou ter a possibilidade, pela primeira vez de participar num acto de grande importância para o nosso povo. Podem ter a certeza que vou votar. Penso que é um dever de todos e não de alguns».

Féfé Lopes, 21 anos, estudante-trabalhador — «Acho que o dever eleitoral é um respeito para com a constituição do nosso Estado. Além disso é mais uma vitória, se todo o cidadão votar com sinceridade, na medida em que estaremos a respeitar o testamento do camarada Amílcar Cabral.

Mário João, 22 anos, estudante — «Na minha maneira de ver, acho que a população de Bissau não está politicamente preparada para tomar parte na eleição das comissões regionais. Como sabemos, a população que vivia nas áreas controladas pelo colonialismo português, nunca teve a possibilidade de participar em nada deste género, nunca foi consultada. No entanto, mesmo atendendo ao curto espaço de tempo que resta para o início das eleições, com um forte trabalho de esclarecimento e mobilização obter-se-ão grandes resultados».

CILSS:

Proxima reuniao em Cabo Verde

«Durante a primeira reunião do Grupo de Pesca do C.I.L.S.S. os delegados desse organismo e do Clube dos Amigos de Sahel manifestaram o desejo de fazer a próxima reunião em Cabo Verde», informou o camarada Humberto Bettencourt Santos, Director Nacional das Pescas, que representou Cabo Verde nessa reunião, realizada em Ouagadougou, capital do Alto Volta.

«Com efeito, acrescentou, Cabo Verde, é bastante diferente dos vários países do Sahel apesar de ter os mesmos problemas de seca. É o único país insular da zona pelo que apresenta problemas peculiares. Por isso, as delegações, que na sua totalidade não conhecem o nosso país, querem fazer a próxima reunião aqui, com início em 15 de Março de 1977, possivelmente em S. Vicente, considerado o elevado número de participantes e as dificuldades de alojamento na Praia.

Além do interesse de os delegados poderem directamente conhecer os problemas de Cabo Verde, a reunião não acarretará despesas pois será inteiramente financiado pelo C.I.L.S.S.»

Este Comité, na sua luta contra os efeitos da seca, preocupa-se com a alimentação em proteínas e, entre as fontes susceptíveis de as for-

necer, chegou-se à conclusão de que a pesca é o potencial número um desta região.

O C.I.L.S.S. (Comité Inter-Estado da Luta contra a Seca no Sahel) está estruturado em várias equipas de trabalho, como a das culturas secas, das culturas irrigadas e das pescas, sendo a reunião em que participou o camarada Humberto Bettencourt a primeira do grupo de pescas. Nela participaram, além dos dirigentes de organismos internacionais, representantes do Senegal, Níger, Mauritânia, Tchad, Gâmbia, Mali, Alto Volta e Cabo Verde e ainda um representante da COPACE (Comissão de Organização da Pesca no Atlântico Centro-Este).

Cabo Verde está dentro da zona abrangida pela COPACE que vai lançar dentro de meses um vasto programa de avaliação de stocks de pesca, isto é, de determinação das potencialidades de pesca no conjunto dos países do Sahel.

Os objectivos principais da reunião de Ouagadougou eram estabelecer uma estratégia da pesca dos países membros do CILSS e abordar temas de muito interesse, como os projectos que a FAO tem em curso ou pretende realizar nesses países, outros projectos

que necessitam de assistência técnica e financeira, programação e planificação, tratamento e comercialização do peixe, formação profissional, etc.

Apontou o camarada Director das Pescas a importância da vinda de missões técnicas para ajudarem a planificar o sector de pescas, frisando que uma missão deverá permanecer em Cabo Verde durante um mês, dividido em dois períodos de 15 dias, para se tentar definir os projectos, lançar os estudos de viabilidade dos projectos da pesca industrial e no domínio da pesca artesanal, de grande interesse, divulgar os métodos mais avançados de captura e tratamento de peixe.

«Penso, por exemplo, disse no problema de salga e seca de peixe e de salmoura. O mercado de peixe não nos põe de momento problemas. Apenas temos de produzir e com boa qualidade. Para isso, devemos apresentar ao mercado um produto homogéneo e que respeite certas normas.

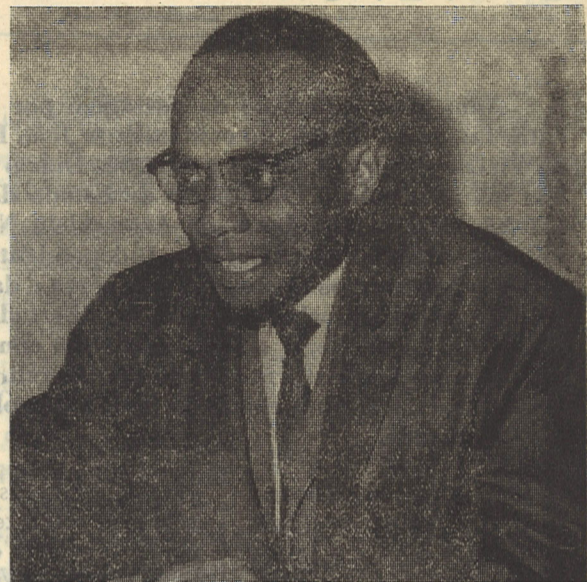
Sabemos que se praticam a salga e a seca em todas as ilhas de Cabo Verde, mas com técnicas diferentes. De modo que essa questão fará parte da missão. Vamos estabelecer normas e criar centros de formação de monitores que

serão o divulgado da tecnologia, para podermos ter um produto homogéneo que possa defender-se no mercado».

Referindo-se dum modo geral aos projectos de desenvolvimento da pesca, o camarada Humberto Bettencourt anunciou que já há uma certa garantia para o financiamento da motorização da pesca artesanal, obtida através dos Fundos Árabes que estiveram recentemente em Cabo Verde.

Também há interesse da parte de financiadores para os projectos da pesca industrial, principalmente para S. Vicente e os estudos de viabilidade económica já foram encomendados em muitos casos. A vinda dos susceptíveis de serem apretecnicos da FAO permitirá a aquisição de elementos susceptíveis aos financiadores, que só podem actuar face a projectos elaborados por técnicos reconhecidos internacionalmente.

«O Estado de Cabo Verde será o accionista maioritário em todos os empreendimentos, concluiu, e uma larga faixa do capital social será reservada à subscrição pública de particulares caboverdianos, nomeadamente emigrantes que queiram participar».



AMÍLCAR CABRAL

III As leis portuguesas de dominação colonial

[...] f) O decreto n.º 43 893, que revoga os Estatutos Indígenas, é o único texto legal que, no conjunto das novas leis, deveria implicar uma alteração, embora formal, da situação constitucional e jurídica da colónia. Mas isso não se verificou.

«No seu preâmbulo são claramente afirmadas as razões da sua revogação. É dito que o Estatuto é revogado: porque o seu texto nem sempre foi compreendido de forma a ser feita justiça às razões e às intenções que o motivam (...)» «deu motivo aos nossos adversários para afirmarem que o povo português está submetido a duas leis políticas, ficando assim dividido em duas classes que não comunicam (...)».

«A finalidade do legislador não foi portanto alterar as razões e as intenções desse Estatuto, que não condena, — embora tenha criado para o homem africano da Guiné «portuguesa» uma situação de indivíduo sem personalidade jurídica: o indígena. O intuito do legislador, revelado no seu preâmbulo, foi retirar aos adversários do colonialismo português uma arma eficaz na luta em favor do homem africano da Guiné «portuguesa»: a própria lei portuguesa. Mas não o conseguiu, porque:

— «Em primeiro lugar, o povo desse país não participou na elaboração da nova lei e esta é o resultado de um acto unilateral, contrário às legítimas aspirações desse povo».

— «Em segundo lugar, a imposição da cidadania portuguesa ao africano da Guiné sem o seu prévio consentimento não passa de um sofisma. Com efeito, embora esse Estatuto tenha claramente definido as condições de acesso à cidadania, nunca houve, como fez notar Teixeira da Mota, europeu, geógrafo e deputado oficial da Guiné «portuguesa», «qualquer corrida dos indígenas à obtenção do bilhete de identidade que lhes confere a qualidade de cidadão». O africano da Guiné «portuguesa», da resistência às guerras coloniais de conquista à luta de libertação dos nossos dias, nunca se bateu pela aquisição da cidadania portuguesa».

— «Em terceiro lugar, a lei que revoga o Estatuto dos Indígenas não foi acompanhada por outros textos legais que, na prática, regulassem a participação do novo povo da Guiné «portuguesa» nos assuntos que lhes dizem respeito».

«E, por fim, porque, na vida quotidiana (económica, política, social e cultural) do povo da Guiné «portuguesa», com excepção de algumas alterações formais, sobretudo na designação de documentos, tudo continua na mesma».

«Assim, enquanto as «cadernetas indígenas» foram, e continuam a ser presentemente, substituídas à pressa por «cadernetas provisórias», o imposito indígena e o respectivo suplemento de 10 % tinham sido substituídos pela taxa pessoal anual e pela taxa suplementar que não só, lhes são equivalentes como ainda continuam a ser regulamentadas pela legislação anterior».

* Relatório geral sobre a luta de libertação nacional apresentado na Conferência das Organizações Nacionalistas da Guiné e das Ilhas de Cabo Verde, realizada em Dakar de 12 a 14 de Julho de 1961.

Orgânica do COSCV apreciada por uma delegação da Confederação Geral do Trabalho Sueco

Esteve em Cabo Verde uma delegação da Confederação Geral do Trabalho Sueco, composta por 22 elementos dos quais quinze ficaram em S. Vicente e os restantes na cidade da Praia.

A referida delegação nórdica deslocou-se ao país irmão com o intuito de estudar, a curto espaço, o estabelecimento de relações de cooperação e amizade com a Comissão Organizadora dos Sindicatos Caboverdianos, (COSCV).

Na Praia a delegação escandinava foi recebida por membros da COSCV, chefiados pelo seu Presidente camarada Osvaldo Alcântara e pelo camarada José Luís Fernandes, da Comissão Nacional de Cabo Verde do PAIGC.

Os sete integrantes da delegação permaneceram alguns dias nesta cidade observando e contactando os moldes de trabalho da nossa Comissão Sindical, toda ela a sofrer uma transformação para extirpar definitivamente os vícios e anacronismos criados durante a época colonial.

No prosseguimento da sua visita, os sete membros da delegação escandinava tiveram na sala de sessões do Sindicato dos Empregados do Comércio uma reunião com os membros da Comissão Organizadora dos Sindicatos Caboverdianos e com o camarada José Luís Fernandes, da Comissão Nacional de Cabo Verde do PAIGC.

Nesta reunião a delegação nórdica teve a oportunidade de conhecer vários aspectos da vida sindical em Cabo Verde, nomeadamente as relações COSCV — Partido-Estado, o trabalho dos Sindicatos, entre as massas e a estrutura orgânica da COSCV, além de se inteirar de vários problemas que enfrenta o movimento sindical no país irmão.

No mesmo dia à tarde os representantes dos Sindicatos Escandinavos deslocaram-se à Cooperativa «Trabalho e Progresso», ao Infantário e às obras do cais acostável em construção, acompanhados pelos camaradas António dos Santos e Rui Atanásio Silva, membros da Direc-

ção Nacional da Comissão Organizadora dos Sindicatos Caboverdianos.

Ainda, no prosseguimento da sua visita, a delegação escandinava reuniu-se, com os membros da COSCV e o camarada José Luís Fernandes, tendo-se discutido aspectos vários da vida sindical no país e na Suécia e os moldes de cooperação entre a Comissão Organizadora dos Sindicatos Caboverdianos e a Confederação Geral do Trabalho da Suécia. Após a reunião a missão sindical escandinava teve nas oficinas da Variante e na empresa Agrícola Justino Lopes, tendo partido para a ilha do Sal onde se reuniu com os restantes membros da delegação.

Entretanto a parte da delegação que se deslocara a S. Vicente, foi acompanhada pelo camarada Carlos Barbosa, tendo recebido cumprimentos de boas-vindas no aeroporto de S. Pedro de uma delegação da Comissão Organizadora dos Sindicatos de S. Vicente.

Na manhã do dia 30, foram recebidos pelo camarada Olívio Pires, membros do Secretariado Permanente do Partido em Cabo Verde e Vice Presidente da Assembleia Nacional Popular depois de terem reunido com elementos da COSCV em S. Vicente, inteirando-se da organização, dificuldades e avanços conseguidos desde a fundação da COSCV.

Ainda prosseguindo os seus contactos de trabalho os sindicais suecos visitaram a JAIDA, CONGEL, MOAVE, a fábrica Favorita e o Infantário. Estiveram na aldeia juvenil, e nas frentes de trabalho de Monte Sossego e Ribeirinha, na parte da tarde do mesmo dia na Escola Comercial e Industrial do Mindelo e Oficinas Navais.

No dia 2 os elementos da COSCV de S. Vicente ofereceram aos visitantes um almoço na Baía das Gatas e à noite um convívio musical no Hotel Porto Grande.

Num breve intervalo da passagem por Lisboa, entre Luanda e Bissau, do comandante João Bernardo Vieira (Nino), o jornal português Diário de Lisboa manteve com o Comissário de Estado das Forças Armadas e Presidente da Assembleia Nacional Popular uma longa entrevista. Independentemente de falar dos últimos momentos da guerra e das fases previstas para a escalada no conflito libertador concluído em 25 de Abril, o camarada Nino contou em que consiste a transformação de um exército popular de libertação num corpo de defesa da soberania já conquistada.

«Não somos agressivos e fizemos a guerra para libertar a nossa terra e alcançar a paz. Mas quem nos agredir pode esperar da nossa parte uma resposta muito dura», sintetizou, para o «Diário de Lisboa», João Bernardo Vieira (Nino) comandante-chefe das Forças Armadas da Guiné-Bissau quando lhe pedimos informações sobre a situação do seu país, no campo militar e sobre as tarefas que são ali levadas a cabo para adaptar os famosos guerrilheiros do PAIGC às realidades diferentes de um exército moderno.

O comandante Nino passou por Lisboa, na viagem de Luanda (onde foi chefiar a delegação do seu país ao aniversário da independência da República Popular de Angola) para Bissau, e o «DL» aproveitou a circunstância para o ouvir e o apresentar aos leitores portugueses. Esta apresentação tem tanto maior interesse quanto se sabe que larguíssimas dezenas de milhar de soldados portugueses ouviram pronunciar com respeito este nome, precedido de uma fama verdadeiramente lendária, durante a luta armada de libertação nacional travada pelo PAIGC em solo guineense.

Muitos lhe chamam, sobretudo na esquerda europeia, «Guevara africano». Mas chame-se-lhe isso ou nomeie-se apenas pelo popularizado apelido de Nino, é sempre de uma das grandes figuras da história moderna africana que se trata. Entre os milhares de guerrilheiros que combateram e combatem pela liberdade da África, Nino figura seguramente na primeiríssima fila.

Para além de tudo isto, João Bernardo Vieira ocupa, hoje, no Governo guineense funções equivalentes às de ministro da Defesa com responsabilidade directa na formação do moderno exército nascido na luta e integrado na reconstrução nacional que está a crescer na Guiné-Bissau.

TRANSFORMAR AS UNIDADES DE GUERRILHA EM GRANDES BATALHÕES

Foi exactamente por este último ponto que o comandante Nino principiou as suas declarações ao «DL»:

Concentrar as pequenas unidades da guerrilha em grandes, elaborar

fichas individuais de todos os nossos combatentes e recolher e avaliar o material disperso pelas diversas frentes foram as preocupações imediatas logo que a luta terminou na nossa terra. Depois organizámos batalhões, dividimos o país em regiões militares correspondentes às regiões administrativas. Preocupamo-nos em aumentar o nível de conhecimentos dos nossos quadros militares.

O nosso esforço de formação de quadros teve duas orientações: formação militar propriamente dita, e formação cultural geral. Quanto ao primeiro aspecto, estamos a enviar pequenos grupos a países amigos e pusemos a funcionar a Escola de Formação de Quadros de Cumeré, nos arredores de Bissau. Desenvolvemos também um trabalho intensivo com os nossos soldados, adaptando a sua preparação de guerrilha à exigida por um exército clássico. Quanto à formação cultural, lançámos uma campanha generalizada de alfabetização e hoje quase todos os nossos camaradas já sabem ler; alguns quadros de nível mais elevado vão a Cabo Verde, frequentar uma escola de preparação política do partido. Esta preparação está a ser feita por etapas para a melhoria gradual e progressiva das



FARP (Forças Armadas Revolucionárias do Povo).

DOS QUARTÉIS FAZER ESCOLAS

Ao retirar o Exército Português, deixou na Guiné-Bissau boas instalações. Muitas foram aproveitadas para os novos batalhões do PAIGC e outras para apoio genérico à reconstrução nacional. Por exemplo, na messe da Marinha, em Bissau, está hoje o Hotel Pidjiguiti; o Quartel-General, também em Bissau, foi ocupado pelo Hotel 24 de Setembro, após obras necessárias de melhoramento, por vários Ministérios (Economia, Finanças, Agricultura, Indústria e Energia) e por residências. No quartel dos comandos em Brá, funciona a Escola Técnica Vitorino Costa; a base aérea e aquartelamentos dos paraquedistas foram aproveitadas parcialmente pelo Jardim Infantil de Bissalanza e pelo Instituto de Amizade. Por todo o país, há imensos aquartelamentos transformados em escolas.

Ficaram, também, por lá muitos canhões mas foram-lhe retiradas as culatras, o

que os inutilizou. Isto, porém, não tem grande significado pois a maior parte do material usado pelo Exército Português não fazia inveja a ninguém.

Mas para além dos quartéis, das espingardas e dos canhões, a passagem a um exército clássico coloca importantes problemas humanos. Nino falou-nos de alguns deles:

«A adaptação dos soldados foi fácil, mas já levantou mais problemas a formação de quadros capazes de dirigir todo um batalhão. Os camaradas comandantes tiveram certas dificuldades para dirigir inicialmente as grandes unidades. Também há que responder a novas exigências e trabalhar com outros meios, equipamentos e técnicas mais modernos».

Segundo nos informou o comandante Nino, houve tempo na guerrilha em que o PAIGC chegou a utilizar grandes unidades em combates. Mas a intensificação dos bombardeamentos aéreos obrigou à divisão em grupos máximos de 100 homens, que por sua vez se subdividiam em grupos e em

NINO, O GUERREIRO LENDÁRIO

bi-grupos de ataque. Com a introdução das anti-aéreas e a utilização dos mísseis portáteis a aviação passou a ter dificuldades muito maiores. Por isso, se voltou às grandes unidades como as que intervieram na tomada do campo fortificado de Guiledge (Maio de 73), nos ataques a Cubacaré, Guiledge, Gadamael e genericamente na operação Abel Djassi por essa altura desencadeada em todas as frentes como resposta ao assassinato de Amílcar Cabral.

«A partir de Março de 73 acabou-se o mito da aviação. Com isso dá-se uma mudança qualitativa na guerra em que o exército ocupante perde toda a iniciativa» — continua Nino Vieira. Já estávamos também equipados com blindados superiores aos portugueses e artilharia pesada. Os primeiros blindados a actuar entraram dentro de Bedanda. Após a tomada de Guiledge, que ficava sobre a estrada, no Sul, os nossos blindados preparavam-se para manobras em operações em todo o Sul e Leste da Guiné-Bissau. A reocupação de Bedanda pelo exército colonial alterou os nossos planos imediatos de operações, mas então já tínhamos os tanques «T-34» e estavam a chegar os «Katiuska» de 130 mm.

«AVIAÇÃO NÃO ENTRA DENTRO DE UM ANO»

Quais eram as perspectivas da evolução das forças da evolução da guerra por parte do PAIGC, de Abril de 74? Que condições importantes se estavam a preparar para a libertação aguardada?

«Estava planeada a libertação da região de Bedanda, que serviria de guia à de Guiledge. Depois de ocupar Copá, perto de Gabú (antiga Nova Gorra) estava prevista uma ofensiva geral na região de junção das nossas tropas com as do Sul. Mesmo a dar-se na região de Gabu-Piche. As condições de paz fizeram-nos abandonar as operações para atacar o Gabú. Mas, quando falhamos as conversações de Argélia, a ilharia pesada foi aplicada a Buruntuma e avisado o comandante da unidade guineense ali estacionado para se render, se não o seu telamento seria destruído. Mas depois de combates em Bissau, o comandante decidiu evacuar o quartel mesmo acontecendo a libertação de Canquelifa e da região de Caium. Agora pode ter-se já dizer-se que os nossos lotos estavam preparados para participar na libertação nacional. A libertação ia entrar em acção dentro de um ano».

O PAIGC tinha



Comandante Nino, durante a fase de luta armada



O camarada Nino, Comissário de Estado

ILHEIRO

O

mas no final da guerra cerca de 15 000 pessoas. Desas, muitas foram já desmobilizadas e integradas na administração e nas actividades produtivas. Outras mais serão desmobilizadas para se ter um exército mais pequeno, modernamente equipado e tecnicamente apto, sem nunca perder de vista que se trata de um exército popular.

«Podemos considerar três pontos fundamentais da futura organização do nosso exército, no que respeita ao factor humano. Por um lado, queremos um exército clássico de grandes unidades, bem equipadas em material e tecnicamente evoluídas; por outro continuarão as FAL (Forças Armadas Locais) que existem nas antigas regiões libertadas. A população dessas áreas, homens, mulheres e jovens, continuam armados agora com assistência de quadros experientes da luta.

Nos centros urbanos, antigamente ocupados, as organizações da juventude estão a ser treinadas e enquadradas para em qualquer momento se poderem integrar no esforço geral da defesa. Vamos criar cooperativas agrícolas para os antigos combatentes que vão sendo desmobilizados. Estes camaradas, ao mesmo tempo que contribuem para aumentar a produção manterão as suas armas, terão

treino militar e poderão enquadrar a população. Já fizemos uma experiência em Bolama, com 70 antigos combatentes e deu excelentes resultados. Estamos a educar os combatentes para a produção agrícola.

Contamos com a ajuda de países amigos para formar estas cooperativas uma vez que exigem bastantes meios materiais. Mais tarde é também nossa intenção criar unidades de engenharia, sobretudo com os combatentes que atinjam certa idade, para construir casas, pontes, estradas e fábricas».

PARA DEFENDER UM PAÍS SÃO NECESSÁRIOS SACRIFÍCIOS

Recordando-lhe nós o equipamento considerável das FARP (Migs, tanques, outros carros blindados, mísseis 130 mm — os célebres Órgãos de Staline — e artilharia pesada) e o sacrifício económico que isso exige ao país, o comandante-chefe das Forças Armadas da Guiné afirmou:

«Para defender um país é necessário sacrificar sempre a economia. Nós saímos de uma guerra prolongada de 11 anos, libertamos o nosso povo, mesmo com poucas armas, passámos todos os sacrifícios e agora temos de

defender a nossa soberania que tanto custou a conquistar. Não somos agressivos mas quem nos agredir pode esperar uma resposta dura da nossa parte».

De momento, a hierarquia nas FARP (Forças Armadas Revolucionárias do Povo) é a mesma do tempo da luta com as responsabilidades distribuídas por comandantes de secção, pelotão, companhia e batalhão. Não há galões nem divisas, embora exista diferenciação de salários correspondentes às funções. No futuro, com

a especialização exigida e com as necessidades organizativas do exército, base é provável que a hierarquia seja mais definida, na prática e na aparência externa.

Actualmente nenhum comandante tem menos de quatro anos de luta armada. Segundo nos disse o comandante-chefe das FARP, «os postos de comando são atribuídos tendo em conta, sobretudo, o passado como combatentes mas também a cultura geral e especificamente militar».

Concluindo esta entrevista, pedimos ao Comissário de Estado das Forças Armadas da Guiné-Bissau para nos dar uma ideia do real equilíbrio de forças militares em África partindo de duas perspectivas: a proposta (da Guiné Conakry) para a formação de um exército da OUA que fizesse face aos racistas sul-africanos, e o equilíbrio dos países progressistas e países reaccionários que hoje, indubitavelmente, dividem a OUA em dois blocos. Disse-nos o comandante Nino:

«A África no seu conjunto não tem nenhuma hipótese para se opor militarmente à África do Sul, no quadro de uma guerra clássica. Para além do exército sul-africano, moderníssimo, numeroso e superequipado só existem outros dois grandes exércitos africanos: Argélia e Nigéria. Vistos sob a outra perspectiva de poderio militar dos países progressistas, já o equilíbrio é mais real. Mais ainda: apesar de todas as sequelas coloniais e neocoloniais, a Nigéria de hoje inclina-se para o bloco progressista».

No Primeiro de Maio o primeiro tiro libertador

O apelido de Nino, ganhou-o na luta e ramilitarizou-o entre os combatentes e entre a população do Sul, para cuja mobilização contribuiu em larga escala. Aí, no início da mobilização, quando já era o homem mais procurado na região de Catió, preso pela PIDE, juntamente com grande número de elementos da população.

A história dessa prisão e da sua lendária libertação pelo povo do Sul foi-nos contada pelo próprio comandante na passagem por Lisboa:

«Fui preso à tarde e comigo muita gente de Catió a quem eu já tinha contactado e se recusava a pagar imposto. Os guardas não sabiam quem eu era até, que, pelas 11 da noite, o carcereiro da PIDE teve conhecimento da minha identidade e mandou avisar o chefe dos cipaios que me interrogaria, de manhã, em primeiro lugar. Mas o cipai, ao comunicar-me isso na cadeia falou comigo, dizendo: «Eu não estou contra a liberdade do nosso País. Também sou explorado. Não me julgues por estas divisas».

«Aquele conversa admirou-me mas pouco depois compreendê-la-ia melhor. Um funcionário da central eléctrica conseguiu avisar-me que durante a noite os camaradas vinham libertar-me. Horas mais tarde eles chegaram. O problema era rebentar a porta e isso levou muito tempo. Cheguei a desesperar e pedi mesmo uma pistola aos

camaradas que faziam tuco para abrir a porta. Se não conseguisse fugir, ou matava o guarda, de manhã, para tentar escapar-me — apesar de não conhecer o terreno — ou dava um tiro nos miolos. Estava decidido a não me deixar interrogar pela PIDE. Lá se conseguiu abrir a porta. Então tentei levar comigo a população que estava presa mas recusaram-se todos a sair, pois era mais fácil eu escapar sozinho, por não dar tanto nas vistas. Soube depois que o chefe dos cipaios viria a ser preso. Foi espancado e deportado. Eu dei o meu primeiro tiro na guerra, no Primeiro de Maio de 1963». João Bernardo Vieira permaneceu em Conakry durante todo o ano de 1960, seguindo os cursos de preparação política e cultural organizados por Amílcar Cabral para os jovens que iam chegando do interior da então colónia portuguesa.

No princípio de 1961 partiu para a China Popular: um grupo de 10 jovens que ia receber preparação militar. Quatro morreram durante a luta: Domingos Ramos, antecessor de Nino, como comandante-geral das FARP, Rui Djassi e Vitorino Costa, heróis nacionais, e Oswaldo Vieira, que pertenceu à Direcção Superior do Partido.

Ultrapassaram os onze anos de guerra, e estão hoje em Bissau, os outros seis elementos do grupo: Francisco Mendes (Chico Té), Primeiro-Minis-

tro, Constantino Teixeira (Tchutcho Axon), Comissário de Estado da Segurança, Manuel Saturnino, Comissário dos Antigos Combatentes, Pedro Ramos, do Estado-Maior das FARP e Hilário Rodrigues.

Na China fizeram cinco meses de treino de guerrilha regressando depois a Conakry para entrarem na Guiné-Bissau e começarem a mobilização preparatória do desencadeamento da luta armada.

A excepcional combatividade de Nino, a sua resistência física, a capacidade de entender e levar à prática a luta de guerrilhas como uma luta global contra o ocupante, a sua total fidelidade ao pensamento e à linha de acção de Amílcar Cabral (comprovada por exemplo, logo no I Congresso, quando foi necessário afastar todos os oportunistas) granjearam-lhe, rapidamente, a amizade dos guerrilheiros e da Direcção do Partido.

Entre os soldados portugueses, o nome de Nino era ameaça sempre sentida, principalmente no Sul. «Território de Nino» chamavam a essa região, onde era arriscado penetrar, ainda que em colunas fortemente armadas.

«O inimigo para dominar uma determinada zona, é obrigado a dispersar as suas forças; ao dispersar as suas forças, enfraquece-se e nós podemos vencer. Mas para se defender de nós, necessita de concentrar as suas forças e, quando o faz, permite-nos ocupar as

zonas que deixa livres e trabalhá-las politicamente para impedir o seu regresso» resumia Amílcar Cabral a estratégia de luta adoptada na Guiné e que se baseava na experiência de outros povos, principalmente na guerra de movimento de Giap e dos guerrilheiros vietnamitas. Neste quadro geral de luta, Nino sentia-se como peixe na água.

De 1961 a 64 foi comissário político na região de Catió, no Sul. Em 1964 assume o comando militar de toda a Frente Sul e torna-se membro do «bureau» político do Partido depois do I Congresso. Vice-presidente do Conselho de Guerra, a partir de 1965, delegado do «bureau» político para a Frente Sul entre 1967 e 1970 foi escolhido para responsável nacional das operações militares no Conselho de Guerra de 1971 a 73. No II Congresso do PAIGC, em 1973, foi eleito membro do Secretariado Permanente do Comité Executivo da Luta do Partido (quarto elemento na hierarquia). A Assembleia Nacional Popular reunida em Setembro de 73, para proclamar a independência elegeu-o seu presidente, cargo que ainda desempenha até às eleições previstas para Dezembro.

No Governo, ocupa o cargo de Comissário de Estado das Forças Armadas, o que corresponde à chefia das Forças Armadas regulares (FARP) e da milícia (FAL).



Forças Armadas, passando revista às forças em parada

Trabalhadores da Função Publica discutiram projectos de lei

Realizou-se no sábado passado, no salão de reuniões da UNTG, um encontro com os representantes de todos os Comissariados. A reunião foi presidida pelo camarada Rui Barreto, Comissário de Estado da Administração Interna Função Pública e Trabalho. Debatem projectos de lei relativos aos trabalhadores da função pública, em especial aos seus direitos e deveres, com vista à alteração de determinadas normas vigentes, de forma a adaptá-las aos princípios do PAIGC.

A reunião debruçou-se também sobre a vincu-

lação e a desvinculação do trabalhador nos quadros da função pública, as diferentes categorias no quadro geral e técnico, a discussão sobre os problemas da unidade de quadros da Guiné e Cabo Verde. Falaram da idade limite para a aposentação, assim como o tempo de serviço para esse mesmo efeito. Do problema ligado à saúde dos trabalhadores para a continuidade na função pública o quantitativo das pensões de aposentação e o problema da disciplina.

Após a explicação feita pelo camarada Rui Barreto, sobre a matéria

dos vários projectos, discute, entrando no debate para uma primeira discussão, «há interesse que se façam mais reuniões de modo a estruturarmos ainda melhor os projectos de lei, antes de os sujeitarmos à apreciação do Conselho de Comissários de Estado. Nós achamos que todos os participantes nestas discussões devem manter, nos seus respectivos Comissariados, debates junto aos trabalhadores para discutirem e esclarecerem os projectos relacionados com os servidores da função pública».

A reunião abordou o

que tem sido o momento eleitoral, onde deverá haver a participação de todos os trabalhadores da função pública. Antes de terminar, o camarada Comissário agradeceu a presença de todos os participantes à reunião bem como os seus respectivos Comissários. «Com estas reuniões e com as alterações que por ventura venhamos a fazer no termo das nossas discussões, esperamos servir melhor os reais interesses do nosso trabalhador, de acordo com os princípios de justiça defendidos pelo nosso Partido e pelo nosso Estado.»

Fidélis de Almada regressou de Angola

Regressou, no sábado passado ao país, o camarada Fidélis Cabral de Almada, do Comité Executivo de Luta e Comissário da Justiça da Guiné-Bissau, procedente de Luanda. O camarada Comissário deslocou-se àquele país, a convite do Governo angolano, para troca de experiências com os juristas angolanos, sobre a organização e estruturação dos tribunais populares.

Fidélis de Almada integra a delegação presi-

dencial na sua visita à República Democrática Alemã, a 11 de Novembro passado. Participou nas conversações e na assinatura de acordos de cooperação jurídica, comercial e outros domínios, após o qual dirigiu-se à República Popular de Angola.

Em Luanda, o Comissário de Justiça discutiu problemas relativos a acordos de cooperação judiciária entre os dois Governos. Nesta base, o departamento da Justiça do nosso país, deverá

enviar um projecto que será discutido pelos camaradas angolanos, com vista à assinatura de um acordo neste domínio, na altura de uma visita que o Ministro angolano de Justiça, camarada Diogenes de Assis Boavida, efectuará ao nosso país. A data da visita ainda não foi confirmada.

Foi abordada, igualmente, a possibilidade de cooperação no domínio de formação de quadros, no capítulo de justiça, dado que, em Angola, existe uma Facul-

dade de Ciências Jurídicas. O camarada Fidélis de Almada expressou as suas impressões: «os camaradas angolanos, como não podia deixar de ser, manifestaram a sua solidariedade e entusiasmo com o nosso país, o que permitiu os trabalhos desenvolverem-se numa harmonia de unidade e de cooperação, aliás que sempre existiu entre o PAIGC e o MPLA».

ANUNCIOS

Despacho

Tornando-se necessário dar início às operações de comercialização da mancarra em todo o país e sob proposta do Comissariado de Estado do Comércio e Artesanato, torna-se público; Artigo único — É designado o dia 15 de Dezembro de 1976 para abertura, em todo o território Nacional, da campanha da mancarra, tendo sido estabelecidos estes preços: preços de compra por quilo; no interior do país, quatro pesos e meio; em Baiatá, Gabú e Bambadinca, quatro pesos e oito tostões e nos portos de exportação, cinco pesos e dois tostões.

Mostrando-se assim dar início às operações de comercialização do arroz em todo o país, sob proposta do Comissariado de Estado do Comércio e Artesanato, torna-se público; Artigo único. — É também designado o dia 15 deste mês para a abertura em todo o território nacional, da campanha do arroz, mantendo-se os mesmos preços da campanha anterior.

Achando-se conveniente dar início às operações de comercialização interna do coconote e, sob proposta do Comissariado de Estado do Comércio e Artesanato, torna-se público; Artigo único — São fixados os seguintes preços a praticar na comercialização interna do coconote:

preços de compra por quilo, no interior do país, três pesos e oito tostões; nos portos de exportação, quatro pesos.

Mostrando-se conveniente dar início às operações de comercialização do algodão em todo País:

Sob proposta do Comissariado de Estado do Comércio e Artesanato:

Artigo único — São fixados os seguintes preços a praticar na comercialização interna do algodão, a partir do dia 1 de Dezembro do corrente ano:

Preço de compra ao produtor, em todo o País:

Algodão de 1.ª qualidade de 7,00 PG/Kg.
Algodão de 2.ª qualidade de 3,50 PG/Kg.

Concurso

Está aberta a inscrição, na sede do Serviço até ao dia 20 de Dezembro de 1976, para o estágio de funcionários do serviço meteorológico.

Aceitam-se candidatos de ambos os sexos, com menos de 21 anos e com pelo menos o 5.º ano dos liceus, ou qualquer preparação superior a este, de preferência com alíneas de ciências.

Os candidatos deverão apresentar o bilhete de identidade e até 31 deste mês, certificado de habilitações. O estágio começa a 10 de Janeiro e prolonga-se até Junho com o mínimo de interrupções.

sembleia-Geral Extraordinária da Companhia Industrial de Cervejas e Refrigerantes, SARL, para reunir, em Lisboa, na Av. Almirante Reis, nº115, no dia 29 de Dezembro, pelas 11h com a seguinte ordem do dia: Deliberar sobre a alteração dos Estatutos, com vista à transformação da CICER, SARL numa sociedade de economia-mista, na sequência do acordo especial celebrado entre a República da Guiné-Bissau e a República Portuguesa relativo aos interesses empresariais, assinado em Lisboa, em 21 de Junho de 1976. Deliberar sobre quem intervirá em representação da sociedade nos actos notariais destinados a dar cumprimento às deliberações da Assembleia-Geral Extraordinária.

Em representação da Sociedade Central de Cervejas, SARL —

Luis Alberto Caldeira Deslandes

Eusébio Marques de Carvalho

Aviso

A Transguiné Ld.ª comunica ao público que tem à venda mobílias de ferro pintado de branco, estufados de cor de veludo, arcas, geleiras e máquinas de café. Os interessados podem contactar pelo telefone 2160 nas horas normais ou nos armazéns da mesma ao lado da antiga DBI.

Convocatória

Assembleia-Geral Extraordinária

Nos termos da lei e dos estatutos, é convocada a As-

Comunicado

A firma Fernando dos Santos Correia comunica os seus estimados clientes, e o público em geral, que encerra o seu estabelecimento de vendas de acessórios Peugeot, para férias do pessoal, no período de 20 dias do corrente a 10 de Janeiro de 1977.

Aluga-se

«Estabelecimento». Os interessados devem contactar a Gerência de Organizações Ancar.

NO PINTCHA

Trisemanário do Comissariado de Informação e Turismo — Sai às terças, quintas e sábados.
Serviço Informação das Agências: AFP, APS, TASS, ANOP e Prensa Latina.
Redacção, Administração e Oficinas, Avenida do Brasil.
Telefones: — Redacção 3713/3728. — Administração e Publicidade — 3726.
Assinatura — (Via Aérea) Guiné-Bissau e Cabo Verde:
Um ano 400,00
Seis meses 250,00
Outros Países Africanos e Portugal:
Um ano 500,00
Seis meses 350,00
Serviços de Distribuição e Venda do «NO PINTCHA» — Caixa Postal, 154.
BISSAU — GUINE-BISSAU

FARMACIAS

HOJE — Moderna — Rua 12 de Setembro, telefone 2702.
AMANHÃ — Central — Rua Vitorino Costa, telefone 2453.

TELEFONES

Hospital «Simão Mendes» — 2888/2867.
Bombeiros — 2222.
POLICIA; 1.ª Esquadra 3333 — 2.ª Esquadra — 3444
CORREIOS; — Informação 2600 — Radiodifusão Nacional 2430 — Aeroporto/4 — TAP 3991/3 — TAGB 3004 — Aeroflot 2707 — Air Argelle 3775/7.
SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS;
Águas e Electricidade 2411 — (das 7h às 17h)
Assistência à rede eléctrica 2414 — (das 16h às 24h).
Chegadas e partidas de navios — 2922/5

RADIO

TERÇA-FEIRA — Primeiro Período:
5 h. 55 min. — Abertura da Estação;
6 h. — Música de Luta;
6 h. 30 min. — Música Criolo;
7 h. — Noticiário/Português e Criolo;
— Actualidades Sonoras;

Segundo período:
11 h. 55 min. — Reabertura da Estação;
12 h. — Música Mandinga;
12 h. 30 min. — Selecção Musical;
13 h. — Amílcar Cabral — O Homem e a Sua Obra;
13 h. 15 min. — Noticiário/Português e Criolo;
13 h. 45 min. — Conheçamos o Mundo;
14 h. 15 min. — Música de Cabo Verde;
14 h. 45 min. — Música de La Guiné;
15 h. — Interrupção de Emissão.

Terceiro período:
16 h. 55 min. — Reabertura da Estação;
17 h. — Noticiário/Português/Criolo e Línguas;
— Música de Luta;
18 h. 45 min. — Agenda do Dia;
19 h. — 2 Curpo... Um Corção;
20 h. — Noticiário/Português e Criolo;
20 h. 30 min. — Elevemos o Nível dos Nossos Conhecimentos;
21 h. — Actualidades Sonoras;
22 h. — Protesto;
22 h. 30 min. — Campos de outros Países;
23 h. — Tempos Novos;
24 h. — Encerramento da Estação.

QUARTA-FEIRA — Primeiro Período:
5 h. 55 min. — Abertura da Estação;
6 h. — Música Beafada;
6 h. 30 min. — Música Criola;
7 h. — Noticiário/Português e Criolo;
— Actualidades Sonoras;
8 h. — Interrupção de Emissão.

Segundo período:
11 h. 55 min. — Reabertura da Estação;
12 h. — Música Balanta;
12 h. 30 min. — Selecção Musical;
13 h. — Amílcar Cabral — O Homem e a Sua Obra;
13 h. 15 min. — Noticiário/Português/Criolo;
13 h. 45 min. — A Voz de Trabalhadores;
14 h. 45 min. — Música apenas Música;
15 h. — Interrupção de Emissão.

Terceiro período:
16 h. 55 min. — Reabertura da Estação;
17 h. — Noticiário/Português/Criolo e Línguas;
— Música Variada;
18 h. 45 min. — Agenda do Dia;
19 h. — 2 Curpo... Um Corção;
20 h. — Noticiário/Português e Criolo;
20 h. 30 min. — Um Conjunto;
21 h. — Actualidades Sonoras;
22 h. 30 min. — Canções de outros Países;
23 h. — Tempos Novos;
24 h. — Encerramento da Estação.

CINEMA

HOJE — As 18h 30min «Um de nós tem de morrer», — m/14 anos. As 20h 45min «Chantagem» — m/18 anos.
AMANHÃ — As 20h 45min «Chantagem» — m/18 anos.

Zimbabwe

Plano de resolução da Frente Patriótica

LONDRES (AFP) — Joshua Nkomo, um dos líderes da «Frente Patriótica» zimbabwe, apresentou no sábado, em Londres, um plano de resolução do problema da Rodésia que a sua delegação já submeteu ao governo britânico.

Esse plano, precisou durante uma conferência de imprensa, comporta as seguintes disposições:

— A nomeação pela Grã-Bretanha de um «comissário residente» que exercerá as funções de um governador geral, especialmente na aplicação do processo constitucional conduzindo à independência do Zimbabwe;

— A formação de um governo interino, cuja maioria dos membros pertenceriam ao movimento de libertação, o que quer dizer, pessoas sem distinção de raça, que lutam pela libertação do país. Esse governo seria encarregado de administrar o país até à independência.

Nkomo sublinhou, por diversas vezes, que os que cooperam com o regime de Smith não poderiam participar no movimento de libertação.

Nkomo afastou categoricamente a criação de um «conselho de estado» composto de negros e brancos e presidido por um branco, mencionado no «plano Kissinger» tal como havia sido tornado público a 24 de Setembro por Smith.

«Nós não somos racistas», disse Nkomo, sublinhando que o governo interino não seria formado numa base tribal, e que incluiria muito provavelmente brancos.

O líder nacionalista acrescentou que contava ser informado pelo presidente da conferência, Ivor Richard, da reacção do governo britânico a esse plano, se possível antes de 20 de Dezembro, data fixada para a suspensão da conferência de Genebra.

Sublinhou, por outro lado, que o adiamento esperado da conferência não comportaria nenhuma modificação da data já fixada para a cessão do Zimbabwe à independência — 1 de Março de 1978.

Por fim, classificou de «realista» a indicação dada na sexta-feira por Henry Kissinger, que os Estados Unidos não interviriam mais, directamente, na resolução do problema da Rodésia. «Os Estados Unidos já fizeram o seu trabalho, pertence agora à Grã-Bretanha proceder à descolonização da Rodésia», disse.

OUA

Criada uma Comunidade Económica Africana

KINSHASA (AFP) — A criação de uma comunidade económica africana, proposta quando da abertura da 11.ª sessão extraordinária da Organização da Unidade Africana, pelo Presidente Mobutu, do Zaire, foi adoptada pelo Conselho de ministros da OUA, na sexta-feira à noite, em Kinshasa.

O Conselho de ministros, sob proposta do comissário de Estado zairota dos Negócios Estrangeiros, Nguza Karl I Bond, fixou um prazo de 15 a 25 anos para a criação deste mercado comum africano. Mas este prazo poderá ser modificado segundo a decisão de cada estado. Até lá, o Conselho encarregou, numa das suas resoluções, «as instâncias económicas

da Comissão Económica das Nações Unidas para a África (CEA) e todas as instituições africanas de desenvolvimento, de prosseguirem, prioritariamente, a execução dos seus programas de estudo, com vista à realização da comunidade tendo em conta o programa de acção estabelecido quando da conferência dos ministros do Comércio, realizada ultimamente em Argel».

O Conselho recomendou igualmente «que se mantivesse entre as acções a emprender para a realização da comunidade económica africana, as sugestões do Presidente Mobutu sobre a integração regional em matéria de energia, e encarregou o Secretariado Geral

Administrativo da OUA, em colaboração com o Comité Executivo da CEA, de estudar as modalidades em relação aos estados-membros, no quadro da política global sobre as matérias primas, e a sua desvalorização como foi definida pela conferência de Dakar, em Fevereiro de 1975.

Foi feita uma outra recomendação, separadamente, sobre a integração regional no domínio de todas as matérias-primas não energéticas, segundo as mesmas modalidades. O Conselho recomendou, além disso, o estabelecimento pela CEA e a OUA de um banco de dados económicos, em curto prazo de tempo.

No que diz respeito ao diálogo norte-sul de Paris, o Conselho aprovou uma

resolução, na qual «reafirma a sua determinação em promover e reforçar a cooperação africana, em benefício dos povos africanos, conforme os objectivos definidos pela Carta da OUA, e a declaração sobre a cooperação, o desenvolvimento e a independência».

O Conselho lançou igualmente um apelo aos países africanos membros do grupo dos 29, para que eles empreendam iniciativas com vista a uma reunião urgente do grupo dos países em vias de desenvolvimento, a um nível elevado.

A 14.ª cimeira da OUA, que se realizará no Gabão, em 1977, prosseguirá, será a cimeira da colocação em órbita da cooperação inter-africana».

Relações RPA - Portugal • 20.º aniversário do MPLA

LISBOA (AFP) — O ministro angolano dos Negócios Estrangeiros, Paulo Jorge, teve na semana passada, em Lisboa, no Palácio de São Bento, conversações com o Primeiro-Ministro português, Mário Soares, e com o seu homólogo português, José Medeiros Ferreira.

Paulo Jorge estava acompanhado de Arménio Ferreira, representante do MPLA em Portugal. O ministro angolano, que fez uma breve escala em Lisboa no seu regresso a Angola depois de ter participado em Nova Iorque, na última Assembleia Geral das Nações Unidas, declarou, à sua saída do Palácio de São Bento, que tinha trocado com os

interlocutores portugueses «impressões sobre o futuro das relações entre Portugal e a República Popular de Angola».

Ele admitiu, além disso, a possibilidade da abertura de uma Embaixada da RPA em Lisboa em Fevereiro do próximo ano, mas acrescentou que o seu governo não se tinha decidido ainda sobre o nome do embaixador.

Portugal reabriu há dois meses a sua Embaixada em Luanda, depois da normalização das relações entre os dois países.

COMEMORAÇÕES DO 20.º ANIVERSÁRIO

LUANDA (AFP) — O primeiro-ministro angola-

no, Lopo do Nascimento, lançou na sexta-feira um apelo «à austeridade, à disciplina, à produção e à politização» para o ano de 1977.

Num discurso pronunciado em Cabinda (enclave a norte de Angola), por ocasião do 20.º aniversário do MPLA, sobre o qual informou o «Jornal de Angola», o primeiro-ministro sublinhou a necessidade de ser mais austero, de se viver mais de acordo com a capacidade actual do país.

Lopo do Nascimento lembrou, além disso, que Angola «nacionalizaria progressivamente, à medida dos nossos meios», os diferentes sectores económicos

ainda controlados por empresas privadas. «Isso não é um segredo pessoal, sublinhou, decidimos implantar no nosso país uma sociedade socialista, o que quer dizer, uma sociedade na qual os meios de produção sejam colectivos». Pelo seu lado, o Presidente, angolano, Agostinho Neto, presidiu às cerimónias marcando o 20.º aniversário do seu Movimento, na cidade de Menongue (ex-Serpa Pinto, no centro sul, a mais de 1.300 quilómetros de Luanda). Segundo a rádio nacional angolana, o chefe de Estado, Presidente do MPLA, exortou os militantes do Movimento à vigilância contra as manifestações ra-

TERMINARAM OS TRABALHOS DO CONSELHO DOS MINISTROS DO CILSS

N'DJAMENA (AFP) — O sexto Conselho dos ministros do Comité Inter-estados da Luta contra a Seca no Sahel (CILSS) terminou os seus dois dias de trabalhos, no sábado em N'Djamena.

Presidido por Boulama Manga, ministro nigeriano do Desenvolvimento Rural, o Conselho de ministros do CILSS, que compreende o Senegal, Gâmbia, Mauritânia, Alto-Volta, Mali, Níger, Cabo Verde e Tchad, tinha sido preparado na segunda e terça-feira últimas por um grupo de peritos desses mesmos países.

O Conselho, indica um comunicado final publicado no sábado, adoptou os projectos de textos relativos ao centro de Agro-meteorologia e de Hidrologia Operacional de Niamey, cuja direcção será assegurada por Nalla Fall (Senegal).

Ele decidiu implantar a sede do Instituto do Sahel em Bamako, e pediu à Mauritânia que propusesse uma personalidade para assegurar a direcção. O Conselho do CILSS nomeou Gray Jhonson (Gâmbia) para o posto de director da Divisão de Informação e da Documentação do Instituto.

Por fim aprovou uma lista de projectos regionais e nacionais a acrescentar aos já definidos em Ouagadougou, em 1973, assim como as directrizes do documento de trabalho do «Clube dos Amigos do Sahel».

O orçamento do CILSS para o exercício em 1977, foi fixado em 119 004 400 francos CFA.

A próxima sessão do Conselho realizar-se-á a 25 de Abril de 1977 em Ouagadougou.

Por outro lado, uma resolução adoptada pelo CILSS, o Conselho «constata o deficit e a irregularidade da

pluviometria registados na maior parte dos estados membros», o que acarreta um deficit cerealífero particularmente importante nas ilhas de Cabo Verde, na Mauritânia (156 mil toneladas) e no Tchad (82 778 toneladas).

Como resultado, ordena ao coordenador (Boulama Manga) para empreender uma campanha de sensibilização da opinião mundial para a situação que existe (...), e apela à totalidade da comunidade internacional para concederem auxílio e assistência a todos os países atingidos pela seca.

Operações da Frente Polisario

ARGEL (AFP) — A Frente Polisario informou sobre uma série de operações levadas a cabo no início da semana passada contra as tropas marroquinas e marroquinas. Segundo o comunicado do movimento saharano, publicado em Argel, os combatentes da Frente «levaram a efeito, a 7 de Dezembro, em Aguerguer, uma audaciosa operação contra as tropas marroquinas, durante a qual várias dezenas de soldados inimigos foram postos fora de combate e foram capturados dois». O comunicado assinado igualmente um combate «dois dias mais tarde, com importantes tropas inimigas na região de Ouaddane, em pleno território mauritaniano. Foram mortos 33 soldados marroquinos e feridos outros. Foram destruídos 15 veículos inimigos, atingido um avião das forças de agressão e foi capturado um militar. O comunicado assinala por outro lado, um ataque, a 6 de Dezembro, contra «as posições defensivas do Exército marroquino em Smara, ocasionando perdas substanciais entre os seus ocupantes», um ataque contra um posto marroquino na região de Angola durante o qual foram mortos cinco soldados marroquinos e o «metralhar do dispositivo das tropas monárquicas, em Amgala, durante o qual mais de 10 soldados inimigos foram postos fora de combate».

Início dos trabalhos do Conselho Central da OLP

DAMASCO (AFP) — O Conselho Central da OLP iniciou os seus trabalhos, no domingo à noite em Damasco, na ausência dos delegados da «Frente e Recusa», ala radical do movimento nacional palestino, hostil a uma solução negociada do conflito árabo-israelita e da questão palestina. A sessão inaugural desenrolou-se na presença de Yasser Arafat, presidente da Organização de Libertação da Palestina e chefe do «Fatah», e Zouheir Mohsen chefe do Departamento Militar da OLP e dirigente do «Saika».

Africa do Sul: tremor de terra provoca 4 mortos

JOANESBURGO (AFP) — Um novo tremor telúrico, de origem inexplicável causou, na sexta-feira, a morte de quatro mineiros africanos, e feriu outros 35, a seguir a um desmoronamento do fundo da mina de ouro de Buffelsfontein, a cerca de 100 quilómetros a norte de Welkom revelou no sábado à tarde um porta-voz da sociedade de «General Mining».

Termina hoje, pelas 24 horas, o prazo para entrega das candidaturas

(Continuação da 1.ª pag.)

interpretação minuciosa da Lei Eleitoral, foram nomeados os delegados da Comissão Eleitoral para os seis Sectores da Região.

A Comissão promoveu igualmente reuniões de esclarecimento político com as populações de Bambadinca, Gebá e Gam Mamudo. Previam-se ainda reuniões para os dias 13 e 14 do corrente com as populações de Cosésé, Contuboe e Xitole.

No Gabú e nos sectores de Pirada, Buruntuma e Sonção, bem como nas respectivas secções realizaram-se reuniões de esclarecimento com as populações locais, presididas pelo camarada Mário Mendes, delegado da Comissão Eleitoral Nacional para a região.

Para a região de Buba deslocou-se no passado dia 11 do corrente a camarada Carmen Pereira, do CEL do

Partido e Presidente da Comissão Feminina do PAIGC, tendo visitado os sectores de Buba, Fulacunda, e Empada a fim de controlar e discutir com a Comissão Eleitoral local os trabalhos já realizados.

A Comissão Eleitoral de Cacheu, deslocou-se na manhã de sábado passado a Cobiana, a fim de controlar os trabalhos da brigada de esclarecimento que actua nessa localidade. À noite, o camarada Agostinho Cabral de Almada (Gazela), da Delegação Eleitoral Regional, dirigiu uma reunião com os Comités de Base do Sector, cuja população ocorreu em massa ao acto. O delegado regional fez alguns esclarecimentos sobre a importância do momento eleitoral que o país atravessa, apelando para o consciente exercício do direito cívico de cada cidadão.

Com o mesmo fim, des-

locou-se a Bubaque uma delegação da Comissão Eleitoral Nacional, chefiada pelo camarada Domingos Brito, do Conselho Superior de Luta do Partido e secretário-geral do Commissariado de Estado de Educação Nacional e Cultura. Era acompanhado dos camaradas Alcibiades Tolentino, director-geral do Commissariado de Estado de Informação e Turismo e Agostinho Roberto Pereira, Presidente do Comité de Estado do mesmo sector.

Na região de Oio, prosseguem os trabalhos da Comissão Regional, sob a presidência do camarada Gino Lopes Cardoso, com deslocações a diversos sectores e povoações, para uma campanha de esclarecimento do acto eleitoral junto das populações locais.

No prosseguimento da sua missão de politização à população sobre as leis elei-

torais, a Comissão Eleitoral do Sector de Bula deslocou-se de 7 a 12 do corrente às secções de Augusto Barros, João Landim, Mato Dingal, São Vicente e Cói. No princípio da noite de sábado passado, houve uma importante reunião no Clube de Bula, presidida pelo camarada Julião Lopes, Comandante Nacional da Marinha. A referida reunião teve como objectivo esclarecer a população local sobre o significado e a importância do acto eleitoral e sobre a necessidade da participação massiva do povo nas eleições fazendo-se especial referência à capacidade eleitoral, factor passivo e activo. Presentes a camarada Paulina Soares Cassamá, presidente do Comité de Estado do Sector e designada presidente da Comissão Eleitoral de Bula, assim como representantes locais do Partido e Estado.

QUEM PODE VOTAR?

(Continuação da 1.ª pag.)

condições prioritárias para a candidatura:

1. — Dedicação exemplar ao nosso Povo, ao Partido e a Luta de Libertação Nacional;

2. — Ter realizado actividades importantes no quadro dessa luta;

3. — Dedicação exemplar ao trabalho produtivo.

O artigo quarto serve para em caso de haver mais candidatos do que mandatos proceder-se à selecção, segundo a ordem de prioridades enunciadas (1, 2 e 3).

INTERNACIONAL

Impasse nas conversações de Genebra

MOSCOVO (TASS) — «Impasse em Genebra», «Sete semanas de reuniões sem resultado», titulam os jornais do mundo, ao informarem sobre os trabalhos da conferência de Genebra sobre a Rodésia. Segundo os observadores estrangeiros, a conferência seria adiada «sine die». A tentativa do presidente da conferência, Ivor Richard, de avançar no último momento algumas «novas ideias» que tinha levado de Londres, após ter

consultado o secretário de estado americano, Henry Kissinger e o ministro britânico dos Negócios Estrangeiros, Anthony Crosland, fracassou. Mesmo o chefe do regime ilegal de Salisbúria, Smith, falou dessas «novas ideias» em termos pouco lisonjeiros, antes de deixar Genebra.

Segundo o parecer, unanimemente, a discussão prolongada do plano americano-britânico da «resolução» da Rodésia não deu resultados po-

sitivos, não obstante as tentativas desesperadas dos seus autores de a insuflar de «novas ideias». A ineficácia das conversações não pode surpreender quem quer que seja, dado que os racistas e os seus protectores adoptaram uma posição francamente obstrucionista.

Durante sete semanas, a delegação de Smith tentou impôr aos africanos a fórmula americano-britânica de «resolução», cuja realização

ajudaria os racistas a conservar todos os postos-chaves no país. Após o fracasso dessas manobras, o regime de Smith perdeu todo o interesse nas conversações.

A verdadeira resolução na Rodésia significa, antes de tudo, a passagem da plenitude do poder à maioria africana. Os dirigentes da Frente Patriótica exigem que se fixe uma data exacta para a proclamação da independência do novo estado

do Zimbabwé. Concordar com essa exigência, significaria criar condições reais, propícias à descolonização do país. Portanto, a recusa obstinada dos racistas em examinar seriamente a questão da entrega dos poderes à maioria africana, a sua vontade em impôr aos africanos o plano americano-britânico de resolução privam a conferência de perspectivas.

Eleições Municipais em Portugal

Avanço dos socialistas

LISBOA (AFP) — Enquanto os resultados de mais de um terço das comunas são conhecidos, o avanço do Partido Socialista sobre o Partido Social Democrático acentua-se e pode-se considerar que ele ganhou as municipalidades de Lisboa e Porto.

Pelo seu lado, a frente eleitoral «Povo Unido», do qual faz parte o PC, ultrapassa o Centro Democrático Social com uma pequena vantagem.

Em mais de 1 milhão de votos contados, o Partido Socialista recolheu 31,20 por cento e o PSD 27,26 por cento.

Entrevistado pela rádio, o primeiro-ministro e Secretário-Geral do PS, Mário Soares, considerou que não

haveria modificação sensível na geografia política de Portugal e, por conseguinte, a estratégia do PS de governar só, seria mantida.

Baseando-se nos resultados conhecidos, Mário Soares afirmou que era uma «vitória importante» para o Governo, não obstante as medidas impopulares de austeridade.

ÁLVARO CUNHAL: «DESENCANTAMENTO» DA POPULAÇÃO

Pelo seu lado, Álvaro Cunhal, Secretário-Geral do Partido Comunista, explicou a levada taxa de ausência (cerca de 40 por cento) pelo desencantamento da população face à política do governo que «após ter

feito promessas, não respeitou as que dizem respeito à defesa dos trabalhadores nem as respeitantes às conquistas da Revolução».

Três conclusões principais se depreendem da análise dos resultados das eleições municipais portuguesas, quando mais de metade dos votos foram depositados ao princípio da tarde de segunda-feira. São: 1. — Um aumento muito sensível de ausências; 2. — Uma estabilidade relativa do eleitorado do Partido Socialista, do Partido Social Democrático (PSD/PPD) e do Partido do Centro Democrático e Social (CDS), e uma clara subida da esquerda comunista e pró-comunista, agrupada no seio da frente «Povo Unido».

Os objectivos do povo somaliano

MOGADÍSCIO (TASS) — O Partido Socialista Revolucionário Somaliano tem por objectivo principal a conquista da independência económica e a edificação da base material e técnica do socialismo. As vias e os meios da realização desse objectivo são estudados nas conferências do Partido, que se realizam em todas as regiões da capital somaliana, e que são o resultado do processo de estruturação do PSRS, que foi formado este ano. O congresso constituinte do Partido adoptou em Junho-Julho o programa e os estatutos do Partido, e elegeu os organismos dirigentes.

Os oradores que intervieram durante as conferências sublinharam que a propaganda e a explicação do

programa e dos estatutos do Partido, dos princípios do socialismo científico às massas populares, a mobilização dos trabalhadores para a defesa das conquistas da Revolução contra as manobras da reacção interna e externa, devem ser elementos integrantes das actividades quotidianas do Partido. Para resolver os objectivos assinados pelo Partido, é preciso fazer o máximo de esforços para conduzir todas as camadas da população na transformação social e económica da sociedade, elevar o seu nível político. Eis porque cada membro do PSRS deve não só dar exemplo de um trabalho de abnegação, mas ser também um propagandista activo dos objectivos do Partido.

ULTIMAS NOTICIAS

BEIRUTE (AFP) — Reinava ontem de manhã uma certa tensão no sector este de Beirute, onde incidentes entre falangistas e nacionalistas liberais fizeram no domingo, dois mortos. Homens armados circulando em viatura atiraram por diversas vezes rajadas para o ar. Segundo testemunhas, um grande retrato de Camille Chamoun, chefe do Partido Nacional Liberal, serviu de alvo aos tiros de canhão D.C.A. (defesa contra aviões), montado num jipe.

DAKAR (AFP) — A companhia «Air Senegal» aumentou a sua capacidade de transporte, acrescentando um sétimo avião à sua frota. Um novo avião, um «Fokker 27» de 48 lugares, permite à companhia aérea senegalesa aumentar a sua capacidade de transporte de 103 para 156 lugares. A «Air Senegal», que cobre as linhas internas senegalesas e explora, por conta da companhia multinacional «Air Afrique», as linhas, ditas de vizinhança (Cabo Verde, Guiné-Bissau e Mauritânia), transportou 41 685 passageiros em 1975.

DAMASCO (AFP) — O Conselho Central da OLP retomou ontem ao fim da tarde os seus trabalhos, em Damasco. O Conselho Central tinha deliberado, no domingo à noite, durante mais de seis horas, sobre os principais pontos da ordem do dia, especialmente os ensinamentos da guerra do Líbano, as relações inter-palestinas e árabo-palestinas, e a situação nos territórios árabes ocupados por Israel. Os trabalhos do executivo palestino alargado, que deve definir, além disso, a «linha de acção da resistência palestiniana para a próxima etapa», desenrolam-se na ausência dos delegados da «Frente de Recusa». A primeira sessão de trabalho foi «constitutiva e positiva», soube-se de fonte palestina em Damasco. Ela tinha sido precedida, recorda-se, de uma reconciliação entre Yasser Arafat, Presidente da Organização de Libertação da Palestina, e de Zouheir Mohsen, chefe do Departamento Militar dessa mesma organização.

TRIPOLI (AFP) — Deve nascer com o ano 1977 um novo banco líbio, chamado «Banco Islâmico», indicou a agência de informação da Revolução Árabe (ARNA), citando o jornal de Tripoli, «Al Jibad». A nova instituição bancária deve ter por princípios «participação dos clientes nos lucros e perdas, assim como a abolição de interesse». Ela participará no financiamento das empresas, baseada nos mesmos princípios.